

ATA DA 021ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi e Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Reporta-se à qualidade da educação.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta-se a respeito da saúde do servidor público estadual.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Refere-se ao Fórum Permanente da Agricultura Agroecológica Sustentável.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Ressalta a importância do cooperativismo de crédito no estado.

Partidos Políticos

DEPUTADO NEODI SARETTA - Tece considerações acerca da síndrome de Down; aborda a questão das regiões metropolitanas.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Registra os 46 anos do PMDB.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Edison Andrino.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Edison Andrino.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Presta homenagem ao PMDB.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se ao Pronatec.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a questão do plano de saúde dos servidores estaduais.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a presença de alunos da 10ª fase do curso de Direito da Furb.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Fernando Dell'Agnolo, de Major Gercino; Cloreni de Almeida, de Calmon; e Valdir Marafigo, de Irineópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Altair Guidi, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, sras. e srs. deputados, pelos maus exemplos de Brasília, assuntos relacionados à política e aos políticos merecem sérias restrições por parte da sociedade catarinense. Malgrado essa premonição, não vejo outro caminho para o fortalecimento das instituições democráticas se não através de uma participação política cada vez mais intensa envolvendo todos os segmentos

sociais. Não vamos melhorar a política fugindo dela!

Nesse contexto, o segmento representado pelos jovens deveria merecer redobrada atenção. É certo que todos os partidos políticos abrem espaço à participação dos jovens e identificam-se com seus programas. Mas é certo também que essas forças políticas, atuando de forma isolada, alcançam resultados pouco expressivos na mobilização da sociedade catarinense.

Por que não agregar os segmentos jovens de todos os partidos políticos em torno de projetos voltados à superação de problemas que tanto afligem esse segmento social? Penso que foi esse o objetivo da Lei Complementar n. 381, ao instituir, na estrutura administrativa do estado, a coordenadoria Estadual da Juventude, especificando, dentre outras atribuições, aquela que passo a ler: 'Dar assessoramento às ações políticas relativas à condição de vida do jovem e ao combate aos mecanismos de exclusão com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e operação.'

Por que a coordenadoria Estadual da Juventude não convoca os segmentos jovens de todos os partidos para, num esforço conjunto, desenvolver projetos capazes de atender pelo menos a um dos objetivos que a lei lhe atribuiu?

Tenho certeza de que um trabalho dessa envergadura desenvolvido sem quaisquer resquícios de partidarismos colheria excepcionais resultados em favor da juventude catarinense. Nem serão necessários grandes investimentos. O jovem, pela sua natureza idealista, é o segmento mais propício para o desenvolvimento do voluntariado, desde que implementado de forma honesta e desinteressada.

É lamentável que a coordenadoria Estadual da Juventude, até o momento, não tenha justificado sua existência. E é mais lamentável ainda que o

jovem catarinense, ansioso por uma participação política mais consequente, não tenha oportunidade de exercitar o seu idealismo em favor de causas comuns."

Isso é o que acontece com a nossa juventude. Essa lei instituída é uma lei complementar que até hoje não foi assinada.

Passo hoje a fazer uma série de pronunciamentos sobre a qualidade de ensino.

(Continua lendo.)

"Este é o primeiro pronunciamento de uma série que pretendo trazer à consideração de v.exas., tratando de um assunto que particularmente considero como o mais importante para o futuro, tanto do estado quanto da sociedade catarinense. Refiro-me à qualidade da nossa educação.

Não raras vezes deparamo-nos com notícias veiculadas pela imprensa com pronunciamentos dos nossos governantes ressaltando os fantásticos resultados alcançados pelo nosso sistema educacional. Isso não deixa de ser verdade quando comparamos nossos resultados com aqueles de outros estados da federação. Mas uma comparação mais ampla, abrangendo outros países, evidenciará que ainda estamos muito longe de um nível de qualidade de educação capaz de nos posicionar como uma referência no contexto mundial e mesmo latino-americano.

Início minha análise reafirmando minha convicção de que toda complexidade de um sistema educacional pode ser avaliada a partir de três condições básicas. A primeira é a rede física que pode ser resumida como a existência de escolas em número suficiente para escolher a totalidade das crianças em idade escolar. Penso que em Santa Catarina essa condição está satisfatoriamente preenchida. Em outras palavras, não faltam vagas para crianças em idade escolar.

A segunda é a rede social que precisa ser entendida, como a assistência material promovida pelo estado para que todas as crianças tenham condições de acesso e de frequência à escola. De pouco adianta uma rede física capaz de acolher todas as crianças, se um número considerável delas

não dispõe dos recursos materiais, a exemplo do transporte, da alimentação, do vestuário, do material didático e de outros bens indispensáveis para a frequência escolar. Na minha avaliação, também no que se refere à assistência social aos alunos carentes, a posição de Santa Catarina é satisfatória.

A terceira é a rede da qualidade da educação que pode ser sintetizada como a oportunidade que precisa ser oferecida às crianças para que elas tenham acesso a um nível de qualidade educacional adequado às futuras exigências que lhe serão feitas pelo mercado de trabalho e pela convivência social num mundo cada vez mais complexo. É aqui que na minha avaliação residem as maiores deficiências do nosso sistema educacional. E essa rede da qualidade da educação será objeto dos meus futuros pronunciamentos."

Gostaria também de dizer que uma das coisas impressionantes em relação à educação no nosso país e no nosso estado é que chegamos a números estarrecedores, quando vemos que a nossa educação está abaixo do nível do Paraguai. Nós só ganhamos do Haiti, quanto à qualidade da educação no Brasil. E por incrível que pareça, isso é verdade.

Há assuntos que no decorrer deste pronunciamento ainda serão abordados, como por exemplo: qual é o país que demite professor por justa causa? Por incrível que pareça é o que tem a melhor qualidade de ensino básico, que é Cuba.

O que acontece na cidade de Nova Iorque é outro exemplo. Os professores que não têm qualificação para ministrar aulas são enclausurados numa sala, porque não podem ser demitidos.

Acho que o Brasil também poderia assumir essa posição, porque se os salários são baixos, sempre vemos os professores se queixando dos salários, mas a qualidade do ensino está muito aquém daquilo que precisamos e merecemos.

Sr. presidente, essas eram as palavras que tinha para dizer neste momento e agradeço a todos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente!

Nobres deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, concordo com o que o deputado Altair Guidi falou sobre educação. Mas, nobre deputado, precisamos valorizar os nossos professores para que eles tenham condições de se capacitar para dar aulas às nossas crianças, adolescentes e também aos adultos. E isso começa com a valorização do professor.

Por isso, em Santa Catarina, queremos que o governo do estado cumpra a lei do Piso Nacional do Magistério em cima da carreira, com o Plano de Carreira. E o Sindicato dos Trabalhadores em Educação está se reunindo com o secretário de estado da Educação, para que isso seja cumprido o mais rápido possível, pois é isso que o magistério catarinense está esperando deste governo.

O meu tema, hoje, srs. parlamentares, é sobre saúde, especificamente sobre saúde do servidor público estadual, deputado Altair Guidi, que está vivendo, nesses últimos dias, uma insegurança e uma agonia muito grande.

Nesta Casa fizemos um debate com diversos parlamentares, questionando o secretário da Saúde, dr. Dalmo, o secretário da Administração e o secretário de Finanças, que vieram prestar alguns esclarecimentos, porque naquela época já tínhamos dúvidas sobre a eficácia e a eficiência desse plano.

O fato é que o Ministério Público abriu inquérito para analisar o funcionamento do SC Saúde, já que há denúncias e reclamações vindas de todas as regiões do estado sobre o mau funcionamento do plano e, conseqüentemente, a insatisfação das pessoas que precisam de atendimento.

As reclamações, como a própria imprensa já divulgou, são principalmente pela falta de médicos

e especialistas para atender à demanda dos funcionários públicos estaduais.

A ação do Ministério Público deverá analisar o funcionamento do plano de saúde, especialmente o processo de credenciamento dos médicos e as condições do serviço de saúde que têm sido apresentados aos servidores que aderiram ao SC Saúde.

Srs. deputados, há tempos que nos manifestamos sobre a preocupação com a saúde e cobrando responsabilidade do estado para com essa área que deve, sim, ser tratada com seriedade e atenção por parte de todo e qualquer gestor público.

As pessoas que dependem de um plano como o SC Saúde precisam ser tratadas com dignidade, porque é de vidas, de cuidado que estamos falando. Como profissional da área da Saúde, tenho atuado como enfermeira em atendimento direto à população em postos públicos, então, apelo para que a vida das pessoas não seja tratada como um negócio e por um tratamento adequado dos nossos funcionários públicos estaduais."

A saúde não pode ser tratada como um negócio. E é isso que está acontecendo no estado de Santa Catarina. Fizeram um plano, todos os funcionários foram transferidos automaticamente para esse plano. Eles estão pagando através de desconto na folha de pagamento e não estão recebendo o atendimento adequado.

(Continua lendo.)

"Para que a população seja tratada com o respeito que merece, no entanto, o exemplo precisa vir do governo do estado de Santa Catarina, de quem governa e de quem nos representa e foi eleito prometendo que as pessoas estariam em primeiro lugar, eis que o governador Raimundo Colombo, na sua campanha, sempre disse que as pessoas estariam em primeiro lugar na sua administração. Mas não é isso que está acontecendo.

O governo do estado tem a obrigação de apresentar um serviço de qualidade. E em casos como o que estamos vivenciando, com reclamações e denúncias de todas as partes do estado, o governo precisa fazer sua parte."

Há dias, quando encontrei com o secretário da Saúde, dr. Dalmo, em Blumenau, na inauguração do Hospital Universitário da Furb, já cobrava uma posição de s.exa., pois ele é o responsável por essa área. E eu disse a ele que está havendo reclamações de todas as partes do estado por parte dos nossos funcionários, com relação ao SC Saúde. Ele simplesmente disse que esse problema deveria ser resolvido com o secretário da Administração. Então, srs. deputados, se o secretário da Saúde não quer resolver o problema da saúde dos seus servidores estaduais, imaginem o que o resto da população está vivenciando.

(Continua lendo.)

“Na semana passada, na minha cidade, ouvi relatos comoventes de pessoas da comunidade sobre o atendimento à saúde no município. Mesmo as pessoas mais simples questionam como uma cidade como Blumenau e um estado como Santa Catarina, apontado nacionalmente como um bom lugar para viver, deixam lacunas tão graves na área da Saúde.

Neste mês, o Sinte - Sindicato dos Trabalhadores em Educação - emitiu uma nota sobre a situação do SC Saúde, após dirigentes terem conversado com o secretário da Administração, sr. Milton Martini, sobre uma série de reclamações no atendimento.

Na ocasião, foi cobrada do secretário uma atitude em relação ao processo de implantação da autogestão do SC Saúde, já que a Unimed não teria mais interesse em prestar serviço aos servidores públicos estaduais. A questão é que os servidores foram transferidos automaticamente para esse plano que está em vigor. E apesar de estarem pagando pelos serviços, não conseguem o atendimento esperado, o atendimento de direito.

Diante desse impasse, senhoras e senhores, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação - Sinte - continuou recolhendo as denúncias e reclamações, e baseada nessas informações a entidade exige uma resposta do governo estadual. Esta Casa também exige uma resposta do governo estadual, quando se trata de um assunto de interesse dos nossos servidores públicos.

É sempre lamentável a omissão, o descaso do poder público, em qualquer instância, mas considero muito grave quando esse descaso atinge setores como a Saúde, a Educação e a Segurança Pública. Portanto, reitero que o nosso mandato está à disposição dos servidores públicos do estado, no sentido de cobrar do governo estadual e de sua bancada nesta Casa, que é a maioria dos deputados estaduais, medidas em relação ao plano de saúde SC Saúde.

É inadmissível que os trabalhadores e trabalhadoras que recebem um salário suado tenham que dispor de recursos para bancar um atendimento que na prática não estaria acontecendo.

Houve a mesma indignação por parte da Associação dos Professores Aposentados, que manifesta o seu sofrimento em busca de acesso a uma simples consulta médica. Até os aposentados que já estavam acostumados ao atendimento contínuo de seus médicos, tratados há muito tempo, hoje ficaram sem atendimento, porque esses profissionais não estão credenciados.

Quero ainda manifestar a minha indignação com as decisões da secretaria de estado da Saúde, que caminham para a terceirização do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu -, em Santa Catarina. Esse é um grande instrumento, srs. parlamentares, de atendimento de emergências no Brasil. Foi criado pelo presidente Lula e bancado com recursos públicos. Por isso, somos contrários à terceirização desse serviço. O governo do estado caminha no sentido de entregar esse serviço para a iniciativa privada, o que na prática irá tornar precário o atendimento, as relações de trabalho dos médicos, motoristas, enfermeiros que atuam no Samu.

O Conselho Estadual de Saúde já foi contrário a essa decisão, e a secretaria de estado da Saúde insiste em implantar esse modelo rejeitado pela sociedade catarinense. E penso que esta Casa merece dar uma atenção detalhada ao que está acontecendo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, aproveito a tribuna, na tarde de hoje, para registrar, dentre outros encaminhamentos que, desde 2011, iniciamos, a partir desta Assembleia, toda uma organização que tem culminado com uma série de reuniões, com debates, por todo o estado de Santa Catarina. Isso se refere ao Fórum Permanente da Agricultura Agroecológica Sustentável.

Tivemos a oportunidade em várias regiões de reunir muitas lideranças ligadas efetivamente à atividade da agricultura agroecológica, bem como representantes de entidades, organizações, movimentos, lideranças comunitárias que envolvem o setor da agricultura familiar e também ligadas aos movimentos e às organizações dos setores urbanos.

Parece-me extremamente salutar e importante essa convivência na agricultura familiar, especificamente no que diz respeito à agroecologia nas organizações, movimentos, entidades que vivem, que se organizam nos espaços urbanos e que ao mesmo tempo também implementam atividades, serviços relativos à produção orgânica.

Temos algumas experiências em nível nacional, e, principalmente no estado de Minas Gerais, de socializar inúmeras experiências de produção orgânica agroecológica dentro dos espaços urbanos.

Essa parece ser uma alternativa extremamente estratégica e importante no que diz respeito à geração de renda para uma série de famílias que às vezes não encontram outros espaços para poder acumular ou gerar renda para a sua subsistência.

Fora disso, o fórum tem feito inúmeros encontros pelo interior do estado, em várias regiões como, por exemplo, na região do extremo oeste, na grande região do oeste do estado, no sul, no norte, também no planalto serrano e aqui na capital do estado. Vários encontros foram realizados sobre a pauta onde se discutiu essa

alternativa que é estratégica e importante para a sociedade.

Na temática que norteia o debate da Campanha da Fraternidade que versa sobre a saúde pública, parece-me extremamente estratégica e importante essa discussão, porque quando tratamos de saúde pública temos também como prioridade o debate a respeito do tipo de produção que estamos fazendo, do tipo de alimentação que está sendo consumida pelo povo catarinense e pelo povo brasileiro.

Por isso, esse debate é oportuno e também estratégico para aqueles que pensam em uma sociedade que realmente se desenvolve, porque pensar o desenvolvimento é pensar na qualidade de vida dos nossos cidadãos e cidadãs. Não existe desenvolvimento, se não existir qualidade de vida para o povo.

Então, acho que esse debate que o Fórum Permanente da Agricultura Agroecológica e da Sustentabilidade está proporcionando no estado de Santa Catarina é extremamente importante quando se pensa no desenvolvimento.

Alguns aspectos nessa trajetória têm sido levantados em todos os debates e vão nortear os diferentes encaminhamentos nas diversas regiões do estado. Dentre eles - e parece-me oportuno trazer para o espaço legislativo - está um projeto de lei que cria o banco de sementes crioulas no estado de Santa Catarina.

Relembrando, esse é um projeto que foi discutido no seio da sociedade, trazido para o espaço legislativo, para a Assembleia, e votado por esta Casa, mas, infelizmente, o governo do estado tem vetado. Esperamos que desta vez esse mesmo projeto possa ser assumido pelo atual governo do estado, a fim de que seja implementada uma política de banco de sementes crioulas em várias regiões do estado. Então, essa é uma das demandas que surgiram dos diferentes encontros realizados em várias regiões do estado.

Desses debates todos que foram construídos e levantados, levantou-se exatamente o indicativo da realização, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que foi secretário da Agricultura do estado e que

também exerceu o mandato de prefeito na cidade de Concórdia, do 6º Seminário Estadual da Agroecologia. Parece-me que essa discussão, esse debate, é essencialmente estratégica para o desenvolvimento de uma grande e significativa parcela da nossa agricultura familiar e oportuno quando se trata de qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs do estado de Santa Catarina deste país.

Para concluir, além do braço estratégico quando se pensa em desenvolvimento, está comungando com a grande ação da Conferência Nacional dos Bispos, que debate e discute em todo o estado a saúde pública. E falar de saúde pública é também falar de qualidade na alimentação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Temos dois parlamentares que foram prefeitos em Concórdia, o deputado Neodi Saretta e este deputado.

Parabéns pelas suas palavras!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, quero, hoje, ressaltar a importância do cooperativismo de crédito neste estado.

Eu tenho participado de várias assembleias e quero destacar um sistema de cooperativismo de crédito que surgiu há 12, 13 anos, que hoje é uma grande referência neste estado e no sul do Brasil. A agricultura familiar no Rio Grande do Sul e no Paraná organiza-se através do cooperativismo para ter acesso às políticas públicas, principalmente o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar -, mas também outras políticas como de habitação rural e tal.

Quero ressaltar a importância do Cresol e do cooperativismo de crédito, que atende em torno de 110 mil agricultores já nos dois estados do sul, que têm 65 cooperativas e mais 120 programas de criação nos municípios, através do PAC. São futuras cooperativas que atendem a 185 municípios

nesses dois estados, à população e principalmente à agricultura familiar.

Quero destacar aqui o volume de recursos repassado pelo Cresol: do Pronaf Investimento são R\$ 443 milhões e do Pronaf Custeio são R\$ 375 milhões. Isso demonstra o potencial, o volume de recursos com que essas cooperativas trabalham para o agricultor familiar. E existe um circulante de recursos nessas cooperativas de R\$ 1,3 bilhão, hoje.

Essa inovação, junto com o sindicalismo, foi um dos grandes fatores que contribuiu para a construção deste estado e também do sul do Brasil. Outros estados estão visitando Santa Catarina, a nossa região, para entender como a agricultura familiar organiza as suas cooperativas, as suas associações e acessar essa política pública tão importante que é o crédito agrícola.

A conquista do Pronaf em 1994 foi um grande embrião da luta do crédito diferenciado, e o cooperativismo de crédito cai em cheio na perspectiva de ser uma entidade articuladora, repassadora de recursos, porque conhece a vida dos agricultores familiares, e acima de tudo o agricultor conhece o funcionário, o dirigente. Então, há uma relação muito importante entre o agricultor e a direção da cooperativa. Essa é a grande inovação, uma novidade.

A agricultura familiar com certeza não é a mesma depois do Pronaf e da construção do cooperativismo de crédito neste estado. Quero reconhecer toda a forma de cooperativismo de crédito, que não atua apenas com a agricultura familiar, mas com o comércio, a indústria e outros setores.

Hoje, quero parabenizar a Cresol pelas massivas assembleias que tem realizado pelo estado afora, durante esse período em que o agricultor de fato vem-se sentindo parte do cooperativismo. Essa é uma nova forma de cooperar, em que o agricultor, através de processo democrático e participativo com a direção, cria uma grande confiança e participa ativamente das assembleias.

Mas por falar em agricultura familiar, sr. presidente, quero destacar um grande programa que a presidenta Dilma Rousseff lançou no último dia 20, terça-feira passada, que é o Pronacampo - Programa Nacional de Educação do Campo.

Quero aqui destacar que o lançamento desse programa aconteceu no Palácio do Planalto, ocasião em que o ministro da Educação, Aloízio Mercadante, falou o seguinte:

(Passa a ler.)

"O Brasil é um grande produtor de alimentos, mas tem uma dívida com as populações camponesas. 'Nós temos, aproximadamente, 30 milhões de pessoas que vivem no campo, o Brasil é a segunda maior agricultura do mundo, produz 300 bilhões de dólares e exporta quase 95 bilhões de dólares, no entanto, não temos uma política específica de educação para a população que vive no campo brasileiro', disse Mercadante."

No Brasil existem 76 mil escolas rurais, com mais de 6,2 milhões de matrículas e 342 mil professores. O Pronacampo vai estabelecer um conjunto de ações articuladas que atenderá às escolas do campo e aos quilombolas em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica.

Entre as ações previstas no programa estão o fortalecimento da escola do campo e quilombola, que já em 2013 receberá material pedagógico adequado às especificidades da vida do campo. Por meio do programa Mais Educação, dez mil escolas do campo passaram a oferecer educação integral.

Serão oferecidos cursos de licenciatura para formação de professores e cursos de aperfeiçoamento. Na área rural, 46,8% dos professores não têm licenciatura. Serão estabelecidos 200 polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), para auxiliar na formação desses professores.

O programa prevê a oferta de 180 mil vagas pelo Pronatec Campo (parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Pronatec), para a formação tecnológica de jovens e

trabalhadores do campo, a construção de três mil novas escolas e investimentos em infraestrutura.”

É isso que sempre reclamávamos, sr. presidente, ou seja, de que o meio rural precisa de uma estratégia de formação técnica e profissional para oferecer aos agricultores, como também a formação de educadores, professores, a fim de oferecer uma educação de qualidade aos nossos jovens e aos agricultores familiares.

O meio rural brasileiro será um espaço estratégico de condições de vida, mas isso precisa ser construído passo a passo. A produção de 70% ou mais dos alimentos que vão para a mesa do consumidor, do brasileiro, é produzida pela agricultura familiar. E para isso é necessária uma estratégia de educação para as casas familiares rurais, para as escolas rurais do nosso país.

Portanto, parabéns por mais essa iniciativa do governo federal, da presidente Dilma Rousseff, do ministro da Educação, Aloízio Mercadante, em investir mais de R\$ 1,8 milhão na educação do meio rural.

Quero destacar também a importante participação dos governos estaduais, principalmente das prefeituras municipais, no Pronacampo. Há 76 mil escolas no Brasil. São muitas escolas; e por isso há muita gente que está estudando ainda no meio rural brasileiro. Então, esse programa é extraordinário.

Parabéns aos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Gostaria de saber, deputado Dirceu Dresch, quem fará uso do horário do PT.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, infelizmente a pessoa convocada para falar não está presente no plenário, mas o deputado Neodi Saretta se propõe substituí-lo neste momento, para o partido poder ocupar o seu horário.

Quero fazer o registro, também, sr. presidente, da presença do prefeito Edegar Rohrbeck, de Planalto Alegre.

Obrigado por sua presença e seja bem-vindo a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch, e fica feito o seu registro. Muito obrigado também pela contribuição do PT.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que acompanham a presente sessão, aproveitamos o horário destinado aos Partidos Políticos para nos referir a um evento que ocorreu aqui, na semana passada, que fazia referência ao Dia Internacional da Síndrome de Down.

Naquela ocasião, um jovem falou sobre sonhos e sobre o lançamento de seu livro. Ele é portador de necessidades especiais, tem Síndrome de Down e por isso na semana passada foi realizada nesta Casa uma sessão para marcar o Dia Internacional da Síndrome de Down e o Dia Catarinense da Síndrome de Down.

Sendo assim, naquele dia tomamos a iniciativa de dar uma contribuição a essa questão apresentando nesta Casa Legislativa um projeto de lei que dispõe sobre o programa para a formação profissional da pessoa com deficiência intelectual e dá outras providências.

Já existem alguns programas neste país afora relacionados às pessoas com deficiência que entendemos que devem existir em número maior, mas estamos nos referindo aqui, especificamente, às deficiências intelectuais, porque até mesmo dentro dos grupos que precisam de atenção especial formam-se outros que precisam de uma atenção especial também. Por isso, nesses programas de pessoas portadoras de deficiência fala-se muito da questão da pessoa com deficiência física. Mas às

vezes nem sempre se dá também uma atenção ou um destaque especial às pessoas portadoras de deficiência intelectual.

Assim sendo, o projeto de lei que apresentamos tem como objetivo a criação de programa para formação profissional da pessoa com deficiência intelectual, assegurando, então, a integração dessas pessoas bem como o exercício dos direitos sociais, individuais, garantindo-lhes a oportunidade de formação especializada.

Então, é importante, quando se pensa na inclusão social, pensar em todas aquelas pessoas que efetivamente encontram dificuldades, como as pessoas que possuem deficiência intelectual, na hora de conseguir o seu emprego, enfim, é importante conseguir a sua inserção até mesmo no mercado de trabalho e a própria inclusão social. Por isso, apresentamos esse projeto de lei à análise e debate nesta Assembleia Legislativa e esperamos o apoio dos srs. deputados à sua aprovação.

Quero fazer também referência aqui, sr. presidente e srs. deputados, a um debate que já é antigo nesta Casa, mas que até hoje não foi definitivamente encaminhado, ou seja, as questões das regiões metropolitanas.

Tivemos a criação das regiões metropolitanas no passado, depois elas foram de forma indireta extintas quando da criação das secretarias regionais; posteriormente, criou-se regiões metropolitanas, e recentemente esta Casa aprovou alterações também nas regiões metropolitanas, incluindo a questão do extremo oeste. Um desses projetos já foi vetado pelo governador sobre o argumento de que é matéria de organização administrativa que cabe à iniciativa do governo do estado.

Digo isso porque estamos também fazendo uma discussão sobre a região metropolitana do Contestado. Tem inclusive projeto de lei parado sobre isso. E só não dei entrada exatamente por essa discussão de ordem jurídica a respeito de quem cabe a iniciativa.

Diante disso, o que precisamos é que o governo do estado tome a iniciativa de enviar os projetos de lei que precisam ainda para essas questões das regiões metropolitanas. E no caso daquelas que já estão recriadas é que sejam de fato implementadas, porque elas trazem algumas vantagens importantes à população. Caso contrário, teremos a mesma questão do passado, a criação das regiões metropolitanas que ficam apenas no papel. Então, espero que sejam efetivamente implementadas. E no caso específico da região do Contestado há também uma discussão com a comunidade regional, que deve ser levado adiante.

Então, sr. presidente, srs. deputados, esperamos que haja um posicionamento efetivo do governo do estado nesse sentido da implementação de fato das regiões metropolitanas em Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, por até 12 minutos, que vai dividir com o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobre srs. deputados, hoje na nossa reunião do partido decidimos, já num acordo com o PMDB de Santa Catarina, que faríamos neste mês uma homenagem aos 46 anos do PMDB, único partido de que participei na minha vida.

Em 1966, há 46 anos, exatamente dois anos após a instalação da ditadura de 1964, o governo militar resolveu extinguir os partidos políticos e criar dois outros, a Arena e o MDB.

O MDB foi criado para dar a impressão, deputado Padre Pedro Baldissera, de que no Brasil existia democracia; o MDB foi criado para não dar certo, pois não podia crescer, não podia fazer política. Não foi à toa que em cada eleição

centenas de companheiros foram degolados pelos atos institucionais e cassados.

Eu sempre digo que o MDB era como grama de jardim, tinha o direito de viver, mas não tinha o direito de crescer. Assim sendo, em cada eleição que o MDB antigo crescia, mais vinham atos institucionais de força para extingui-lo, para impossibilitá-lo de crescer.

Se não me falha a memória, aqui em Florianópolis alguns companheiros ainda fazem política e estão no meu partido há 46 anos. Posso citar o grande companheiro peemedebista Aloísio Piazza, que foi prefeito substituindo Cláudio Ávila da Silva, que teve também a felicidade de me entregar a chave da cidade.

Ganhei a eleição para a prefeitura em 1986. E em 1985 quem dirigia a Prefeitura Municipal de Florianópolis era o meu companheiro Aloísio Piazza, que ajudou a fazer o PMDB, em 1966, e Saulo Vieira, que ainda hoje milita na estrutura administrativa do PMDB.

É importante fazermos aqui, deputado Moacir Sopelsa, referência a alguns companheiros que não construíram em 1966 o partido, mas que fizeram a história do partido.

Em 1966, podemos citar Roberto Mota, Nelson Wedekin, que vieram de partidos comunistas e depois adentraram ao PMDB.

Temos que fazer referência também a algumas figuras que já se foram e a outras que ainda permanecem aqui fazendo política ou não, como, por exemplo, Dejandir Dalpasquale, primeiro prefeito eleito do MDB em Campos Novos, que foi ministro da Agricultura, deputado estadual e federal, secretário da Agricultura do então governo, se não me engano, de Pedro Ivo Campos, que faleceu recentemente; Iraí Zílio, de Joaçaba, que passou por esta Casa; Cid Pedrozo; Jaison Barreto, que tem uma história marcante na luta da resistência democrática em Santa Catarina, que disputou uma eleição que "perdeu", entre aspas, para o governador Esperidião Amin, uma eleição com resultado polêmico, discutido e colocado em dúvida até hoje.

Temos que citar também Pedro Ivo Campos, ex-governador do estado de Santa Catarina, que foi deputado estadual, federal. Enfim, o nosso partido foi feito por gente que somente engrandeceu e dignificou o antigo MDB.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado pelo aparte, deputado Edison Andrino.

Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que não podia deixar de fazer algumas considerações sobre o PMDB, sobre alguns dos nomes que v.exa. citou, como o de Dejandir Dalpasquale, Saulo Vieira e outros. Mas em Concórdia temos também o nome do dr. Carlos Büschller, que foi um dos primeiros deputados do MDB. Um partido que também teve lideranças importantes que hoje militam no PT, no PSDB e em outros partidos, as quais ajudaram de fato a construir essa história que nos orgulha muito.

O nobre deputado mencionou sobre a época que foi prefeito desta capital e naquela ocasião eu era vereador em Concórdia. Nós estivemos aqui para dar apoio ao nosso candidato de então, que era v.exa., deputado Edison Andrino. Se não me falha a memória, eram cinco municípios da região de fronteira que pela primeira vez iriam ter, com a voz da democracia, com o trabalho do PMDB, eleições mais uma vez.

Também há que se falar da liderança e do trabalho do nosso ex-governador Luiz Henrique da Silveira dentro do PMDB, assim como de Casildo Maldaner e de tantos outros. Enfim, podemos dizer que temos uma história que nos engrandece e orgulha-nos.

Nós também temos no nosso partido, como há em todos os partidos, pessoas que podem divergir daquilo que pensamos, da lealdade e do compromisso de transparência, do compromisso da seriedade e do compromisso de colocar, acima dos nossos interesses, o interesse do estado e das pessoas.

Esse foi o nosso MDB e esse é o nosso PMDB. Assim como v.exa., também sempre estive somente

neste partido. Ingressei no PMDB e continuo até hoje nele. E não sei de que forma eu me sentiria em outro partido político, embora tenha respeito e reconheça todos os partidos políticos.

Mas quero incorporar ao seu pronunciamento essa minha fala da grandeza e da importância que tem o PMDB para o país.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Deputado Edison Andrino, o seu pronunciamento é muito oportuno. V.Exa. faz um justo registro aos 46 anos de história, luta e trabalho do PMDB em prol da sociedade catarinense e brasileira, mas gostaria de salientar outro ponto.

Em vez de citar, como já foram citadas aqui, as nossas lideranças que marcaram época por sua história de lutas e conquistas, quero salientar a importância da nossa militância, das pessoas que lá na base construíram o nosso partido durante esses 46 anos, deputado Aldo Schneider, nosso líder, e que estão presentes nos 295 municípios catarinenses, agora já com os dois novos municípios, onde o PMDB já tem comissão provisória e está cada vez mais vivo, obtendo sempre resultados positivos.

A nossa militância nos deu todas essas vitórias nesses 46 anos de sucesso e vai-nos dar ainda mais nos próximos momentos.

Nenhuma das grandes mudanças e das grandes conquistas existentes no país durante esses 46 anos foram feitas sem as digitais do PMDB. E V.Exa. é um exemplo disso, deputado Edison Andrino, e tantos outros que construíram, com a força do seu trabalho e a seriedade dos seus ideais, a história do PMDB.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado! e cumprimento v.exa. pela lembrança.

Para encerrar, sr. presidente, quero fazer referência ao grande responsável pela história

desse partido, que foi o nosso grande timoneiro Ulysses Guimarães.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o deputado Aldo Schneider, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente e srs. deputados, aproveitando a esteira do nosso eminente deputado e futuro líder do governo, deputado Edison Andrino, queremos dizer que este é o momento em que nós do PMDB, em especial eu, que ocupo neste momento a liderança do partido, gostaríamos de prestar essa homenagem ao nosso partido.

(Passa a ler.)

"O PMDB é o partido político brasileiro que possui o maior número de filiados, bem como de prefeitos e vereadores, além de ter a maior representação no Congresso Nacional.

Em sua origem, o MDB foi o partido que somou as forças de oposição ao regime militar, contrárias ao golpe militar de 1964. Sempre lutou pela redemocratização do Brasil, embora internamente pudesse apresentar diferentes linhas de pensamento, como as que na década de 70 eram representadas por moderados e autênticos. Em 1974, obteve a sua primeira grande vitória nas urnas, conquistando 3/4 das partes das vagas em disputa no Senado Federal e duplicando a representação na Câmara dos Deputados.

Em 1980, com a reforma partidária, passou a se chamar PMDB e dois anos depois conquistou os governos de nove estados brasileiros, entre os quais São Paulo e Minas Gerais. Em 1983, a militância do PMDB deu a grande arrancada à campanha das Diretas Já. O PMDB foi o grande patrocinador dessa conquista. Foi fundamental para a condução da Constituinte, que resultou, sob o comando de Ulysses Guimarães, na Constituição Cidadã de 1988."

Registre-se um grande avanço social, econômico e ambiental para o Brasil. E evidentemente que, naquele momento, essa transformação que o Brasil

começou a viver a partir da promulgação da Carta Magna foi capitaneada pelo deputado Ulysses Guimarães.

(Continua lendo.)

"O PMDB é um partido com larga tradição em Santa Catarina, onde já teve cinco governadores: Pedro Ivo, Casildo Maldaner, Paulo Afonso, Eduardo Moreira e Luiz Henrique, esse visionário no aspecto de descentralizar o poder aqui da capital para todas as regiões de Santa Catarina. É o partido com maior capilaridade no Brasil, em número de prefeitos, vereadores, diretórios municipais e filiados."

Por isso, sras. deputadas e srs. deputados, nós que fazemos parte dessa agremiação temos a responsabilidade de fazer ecoar por toda Santa Catarina e por todo o Brasil um momento importante que comemoramos por 46 anos. Nós tivemos a responsabilidade de ser o contraponto nessa grande nação, até porque constituímos, a partir dos regimes, uma forma autêntica de representação popular.

Por isso, na condição de líder desse partido nesta Casa, digo obrigado a esses milhares de militantes que nos 295 municípios de Santa Catarina fazem ecoar o nosso estatuto e o nosso desejo de buscar o poder para servir a sociedade catarinense.

Boa-tarde e muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado.

Eu gostaria de agradecer a presença, já registrada, do prefeito Edgar Rorbeck, de Planalto Alegre, que faz um belíssimo trabalho naquele município que orgulha todos nós que somos do Partido dos Trabalhadores.

Seja muito bem-vindo à Assembleia Legislativa, prefeito Edgar Rohrbeck!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que acompanham esta sessão, queremos saudar os prefeitos, os vereadores e, de maneira especial, todos aqueles que mesmo distantes estão, neste momento do ano, organizando o seu partido justamente para agora, em outubro, competir como candidatos a vereador, a vice-prefeito e a prefeito para, enfim, dar a sua participação política em questões tão importantes para Santa Catarina e o Brasil.

Todos somos testemunhas da evolução que a sociedade brasileira está tendo. E essa evolução deve-se a muitos fatores, mas, sem dúvida, deve-se, e muito, à participação política das pessoas.

Espero que todos aqueles que deram certo no seu trabalho, na fábrica, na associação da igreja e na associação comunitária participem de algum partido.

Ouvi aqui o pronunciamento dos deputados Edison Andrino e Aldo Schneider contando a história do seu partido, e cada um nós que se elegeu com uma legenda certamente tem uma história bonita para contar. E é por conta dessa história que cada um de nós está num partido. Mas espero que o partido, muito mais do que essa história, tenha o compromisso de ajudar a sociedade a se transformar. E é essa organização que nos cabe, então.

Nesta semana estamos recebendo vereadores de diversas cidades de Santa Catarina, que vêm à Assembleia pedir adesivos do partido, panfletos e informações, querendo participar desse processo eleitoral.

Então, é importante a sociedade como um todo saber que o momento em que vamos, no final do ano, em outubro, escolher os nossos prefeitos e vice-prefeitos será muito importante, pois serão eles que, juntamente com os demais entes federados do estado e da união, vão coordenar a distribuição dos recursos que são arrecadados e distribuídos em forma de ações e de obras para toda a sociedade.

Se quem está fora não quer participar desse processo político, outros o farão. Se a política

não está boa, é porque há alguns bons do lado de fora. Então, você que se considera bom, que tem a alma boa e que pode ajudar deve se filiar a algum partido! Filie-se ao PSDB, por exemplo, ou a outro partido, pois o resultado político é justamente decorrente de todas essas forças, com cada um no seu partido dando a sua opinião, alguns tentando fazer o melhor, outros fazendo críticas, mas o trabalho final é o resultado de tudo isso.

Quero, de forma muito especial, cumprimentar o atual secretário da Educação, dr. Eduardo Deschamps. Até um mês atrás ele era o secretário-adjunto da secretaria estadual da Educação, mas agora, devido a um acordo com o deputado Marco Tebaldi, que irá se candidatar a prefeito em Joinville, pelo PSDB, o sr. Eduardo Deschamps é o nosso secretário da Educação, tendo um grande desafio: ajudar a família catarinense a educar tantas crianças.

Dos seis bilhões de catarinenses, quase três bilhões têm em torno de 18 a 20 anos, e a grande maioria são crianças. A educação é um fator importante, como todos nós sempre falamos, mas é necessário fazer com que ela seja um instrumento para que cada pessoa consiga ganhar melhor a sua vida.

Hoje, há os programas de qualificação profissional, sendo que, ao final do ensino médio, os alunos fazem os cursos profissionalizantes. O Pronatec, por exemplo, é direcionado aos alunos que estão concluindo o ensino médio, de tal maneira que aqueles que concluem essa fase, se não quiserem seguir fazendo alguma faculdade, podem buscar um emprego. O mercado de trabalho tem muitas ofertas, mas a pessoa tem que saber fazer, e é a escola que precisa ser o instrumento desse saber fazer.

De forma que, hoje, o Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - acontece nas escolas, ao final do ensino médio. Além disso, existe ainda o Pronatec para aqueles que já têm 30, 40 ou 50 anos e que não aprenderam uma profissão. E agora, por conta de não terem profissão, muitas vezes estão numa situação social

vulnerável, ganhando um ou dois salários mínimos, tendo três ou quatro filhos para sustentar. Quer dizer, não há como sustentar toda a demanda da família com aqueles dois salários mínimos que recebem. E a melhor maneira de assegurar uma qualidade de vida melhor para ele e para a sua família é justamente dando a essas pessoas uma qualificação profissional para, ao saber fazer, serem eficientes onde estão e tornarem-se imprescindíveis na função que ocupam. Assim, além de ganhar um salário bom, poderão se realizar, porque farão um trabalho útil para alguém e também irão gerar uma qualidade de vida melhor para si e para os outros.

Então, especialmente na Educação, através do Pronatec e da escola, o secretário Eduardo Deschamps tem sido um grande colaborador.

Para concluir, quero deixar claro que o Pronatec que acontece na escola é dado ao final do ensino médio. Mas há o Pronatec que atinge todos aqueles que estão no Cadúnico, ou seja, aqueles que ganham menos que meio salário mínimo. E a esses é fornecido um curso profissionalizante para poderem ganhar melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero também falar do assunto que foi repercutido na tarde de hoje pela deputada Ana Paula Lima: o plano de saúde dos servidores estaduais.

Gostaria de dizer, sim, que concordo com a sua fala no sentido de que a responsabilidade é do governo do estado, através de seus secretários, especificamente do secretário da Administração, mas quero clarear e aprofundar algumas questões.

Esse plano tem funcionado no estado de Santa Catarina a partir do ano de 2005 com uma boa aceitação, vamos dizer dessa forma, por parte dos servidores e seus dependentes. É um plano em que os servidores públicos estaduais pagam 4,5% do salário e o estado entra com outros 4,5% de contrapartida. Está aberto para adesão, ou não, de todos os servidores. São 180 mil as pessoas que são filiadas ao plano, ou dependentes delas, que era de responsabilidade do estado. O plano tem um conselho consultivo formado por nove pessoas, dentre as quais apenas duas são servidoras, ou seja, os servidores pagam 50% do plano, 4,5% do salário de cada servidor. Portanto, não é um serviço de graça do estado para o servidor. O servidor paga 4,5% do seu salário para ter direito ao plano.

Até 31 de janeiro deste ano a gestão do plano, embora a responsabilidade jurídica fosse da secretaria de Administração, era feita pela federação das Unimed, que criava a estrutura operacional de administração do plano de saúde. Nesse tempo todo, ao longo desses cinco ou seis anos, o debate era pelo pagamento que o plano de saúde fazia pelos serviços prestados pelos hospitais, clínicas, laboratórios e os próprios médicos. E pagava-se pela gestão do plano R\$ 35,00 por pessoa. Então, do total que se arrecadava, R\$ 35,00 eram usados como taxa de administração do plano de saúde.

Por conta desse debate todo e das polêmicas que houve, que a cada seis meses ameaçava-se e colocava-se sob risco o próprio funcionamento e a continuidade dos serviços prestados pela federação das Unimed do plano de saúde, resolveu-se construir o processo de autogestão. Imaginava-se que a autogestão seria os servidores e o governo gerindo o plano de forma pública. O fato é que isso não houve. O que aconteceu foi a licitação para a contratação de uma empresa com o objetivo de substituir a federação das Unimed na administração do plano. E é aí que está o imbróglio e a dificuldade, porque existe a disputa entre a federação das Unimed, as corporações

médicas, permitam-me dizer dessa forma, e essa empresa que ganhou a licitação.

E qual é a disputa, deputada Luciane Carminatti? Qual é o problema do plano de saúde? O dinheiro está sobrando, inclusive, porque os médicos não estão atendendo ou estão atendendo bem menos do que atendiam antes. O problema são os R\$ 21,00 de taxa de administração de cada servidor, pois há uma briga imensa para decidir quem vai ficar com essa taxa. Enquanto isso, os servidores públicos e seus dependentes continuam padecendo dessa dificuldade no atendimento.

Há médicos que se propuseram a atender pelo plano de saúde, mas na hora em que o servidor precisa não atendem, o que mostra que há uma grande desorganização, interesses corporativos dos médicos e talvez outros interesses não corporativos, mas piores ainda, por conta desses recursos da taxa de administração. E, lamentavelmente, os servidores e seus dependentes, em muitos e muitos casos, ficam abandonados à própria sorte, pagando 4,5% do seu salário para ter o direito ao serviço que lhes é negado.

Devemos reconhecer que há um esforço no sentido de fazer o plano funcionar, mas já estamos no final do segundo mês de funcionamento, entre aspas, e até agora menos da metade, efetivamente, está em atividade e há, em termos de atendimento, a metade do que havia na modalidade anterior.

Precisamos que as autoridades do governo do estado decidam isso porque a reivindicação dos servidores é legítima.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Sobre a mesa requerimento de autoria da deputada Luciane Carminatti, subscrito por todos os senhores líderes, para suspendermos a sessão até as 16h, quando reabriremos na Ordem do Dia.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0005/2012, de autoria do deputado Jorge Teixeira, que institui o Dia Estadual do Garçon.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em segundo turno.

Temos em pauta para serem apreciadas, em turno único, várias mensagens de veto, mas ainda não há consenso para a votação. Por isso, essas matérias são retiradas de pauta até que haja acordo para deliberarmos os vetos.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0102/2012, 0103/2012, 0104/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0105/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0106/2012, 0107/2012, 0108/2012, 0109/2012, 0110/2012, 0111/2012, 0112/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, 0113/2012 e 0114/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência defere de plano os Requerimentos n.s.: 0250/2012, 0251/2012, 0252/2012, 0253/2012 e 0254/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0255/2012, de autoria do deputado Dado Cherem; 0256/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0257/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0258/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0259/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0260/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0261/2012, de

autoria do deputado Antônio Aguiar, e 0262/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Moção n. 0009/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente do Congresso Nacional e ao ministro dos Esportes, apelando à presidente da República pela proibição da venda e consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol durante a Copa do Mundo de 2014.

Consulto os srs. líderes se podemos tirar essa matéria da pauta tendo em vista a ausência do autor.

(As lideranças acquiescem.)

Está retirada.

Esta Presidência comunica que suspenderá a presente sessão, em cumprimento ao requerimento encaminhado pela deputada Luciane Carminatti, para que a professora Maria Clara Kaschny Schneider, reitora do Instituto Federal de Santa Catarina, possa fazer uso da palavra por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Apenas gostaria de registrar a presença neste plenário dos alunos da 10ª fase do curso de Direito da Furb, acompanhados dos professores Giselle Krespky e Paulo Schmidt.

Sejam bem-vindos!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria apenas de registrar a presença dos vereadores Fernando Dell'Agnolo, de

Major Gercino; Cloreni de Almeida, de Calmon; e Valdir Marafigo, de Irineópolis.

Fico muito honrado com suas presenças e agradeço o empenho em defesa dos respectivos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica as matérias destinadas à pauta da Ordem do Dia da 22ª Sessão Ordinária de 28/03/2012: discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0002/2012 e discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s 0042/2011 e 0094/2012.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem à Associação Catarinense de Supermercados - Acats.

Está encerrada a sessão.